

CAMINHOS TRANCADOS (?): CONFLITOS E PROJETOS POLÍTICOS AFRO-RELIGIOSOS E O PROCESSO ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

*Daniel Francisco de Bem*¹
*Rodrigo Marques Leistner*²

Resumo: Este artigo examina os problemas de inserção política concernentes às religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul, visando compreender as razões do fracasso eleitoral dos candidatos a cargos públicos oriundos destas religiosidades. Após algumas considerações sobre o histórico das candidaturas originárias do campo afro-religioso, analisa-se o processo de construção dos empreendimentos eleitorais de dois líderes africanistas gaúchos nas eleições 2010. A partir de então buscamos articular o entendimento da existência de obstáculos externos e internos à inserção política afro-religiosa com as estratégias eleitorais e discursivas dos candidatos afro-religiosos, no intuito de compreender como que na prática esses obstáculos influem nas estratégias e, possivelmente, na votação de cada candidato, assim de estabelecer algumas considerações sobre o futuro do projeto político afro-religioso no estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: religiões afro-brasileiras; campo religioso brasileiro e campo político brasileiro; processo eleitoral.

Abstract: This paper examines the political insertion of African-Brazilian religions in the state of Rio Grande do Sul (Brazil) in search of the reasons for the failure of candidates from this religion in the election for public offices. After some considerations on the history of candidacies representing the African-religious field, we analyze the choices made by two candidates in 2010 elections. We examine external and internal barriers to the political articulation within the African-religious group and the discourses and the electoral strategies of the candidates, in order to understand how these obstacles influence the strategies and potential voting on each candidate. We make some considerations about the future of the political representation of African-Brazilian religion followers at state of Rio Grande do Sul.

Keywords: African-Brazilian religions; Brazilian religious field; Brazilian political field; elections.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRGS. Pesquisador associado ao NER/PPGAS/UFRGS. Endereço Eletrônico: danielfrancisco-debem@yahoo.com.br

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNISINOS. Endereço Eletrônico: rodrigoless@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Por ocasião do período eleitoral de 2010, no qual havia, entre outras disputas, a das “cadeiras” das assembleias legislativas estaduais, se faz necessário debruçar-se mais uma vez sobre as candidaturas de afro-religiosos no âmbito do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, como já havia sido feito anteriormente por pesquisadores ligados ao NER (Oro, 2001; Otero, Ávila e Schoenfelder, 2004; Oro, Schoenfelder, 2006; Bem, Derois e Ávila 2006). De forma que o presente artigo dá prosseguimento à análise da participação de candidatos ao parlamento que, sendo agentes religiosos ligados as tradições de matriz africana (batoque, candomblé, umbanda, quimbanda) ou agentes políticos que se alinharam à agenda de lutas e reivindicações político-sociais dessa minoria religiosa, não lograram votação suficiente para seu intento.

Após uma breve recuperação do histórico das candidaturas empreendidas por este segmento nos últimos anos no Rio Grande do Sul, da conjuntura sócio-histórica de discriminação étnico-religiosa, das questões internas ao campo afro-umbandista e analisaremos as campanhas de dois dos três sacerdotes africanistas concorrentes no último pleito à Assembleia Estadual: Pedro de Oxum, candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro e Vera Soares de Yansã, pelo Partido dos Trabalhadores. O terceiro sacerdote, Tony de Oxalá (ou do Exu-Rei) não foi considerado neste artigo, posto que sua votação foi fraca e suas estratégias para esta campanha reencenam as táticas usadas na eleições 2006, que já foram objeto de análise de outro artigo (Bem, Derois e Ávila, 2006).

O material etnográfico que informa esse texto advém do contato e trânsito que ambos os autores, respectivamente, têm com o Fórum de Matriz Africana (FORMA/RS), grupo coordenado pela yalorixá Vera Soares, e com o pai-de-santo Pedro da Oxum, um dos sacerdotes mais conhecidos de Porto Alegre, sobretudo, por razões que veremos adiante, entre os não-praticantes. Ao material mais informal, fruto de um acompanhamento mais prolongado e orientado por questões outras, somamos entrevistas com os referidos sacerdotes durante o período eleitoral e algumas considerações

sobre seus materiais e estratégias de campanha principalmente entre o seguimento afro-religioso.

1. OBSTÁCULOS EXTERNOS E INTERNOS ÀS CANDIDATURAS POLÍTICAS AFRO-RELIGIOSAS NO RS

Sistematicamente nos últimos 10 anos, agentes afro-religiosos têm participado como candidatos ao legislativo porto-alegrense e gaúcho. Passemos a uma sintética descrição dessas candidaturas e dos motivos apontados tanto dentro do campo afro-religioso, quanto na acadêmica para o recorrente insucesso dessas pretensões políticas.

1.1. AS CANDIDATURAS AFRO-RELIGIOSAS PARA A CÂMARA PORTO-ALEGRENSE E PARA A ASSEMBLÉIA GAÚCHA.

O segmento afro-religioso não elege um representante junto aos cargos públicos do Rio Grande do Sul desde a década de 1960, quando o umbandista Moab Caldas fora eleito para a Assembléia Legislativa do Estado, tendo sido re-eleito em 1964 e 1968 – ano em que teve seu mandato cassado³. Contudo, no período recente, os resultados apontam desempenhos eleitorais radicalmente modestos.

Nas eleições para a Câmara de vereadores de Porto Alegre ocorridas entre o ano de 2000 e o de 2008, sete pais-de-santo concorreram ao pleito, sem alcançar votação expressiva. Destes sacerdotes, um, Jorge Verardi de Xangô (presidente da AFROBRÁS) disputou por três vezes seguidas uma vaga no legislativo municipal nos anos de 2000, 2004, 2008, pelo PDT; Vera Soares de Yansã concorreu duas vezes, 2004 e 2008, pelo PT. Os outros cinco religiosos concorreram apenas uma vez cada um. Em 2000 foram Beto do Nagô (PMDB), Áureo de Ogum (PDT), Danilo de Oxalá (PFL),

³ Dados apresentados por Oro (2002).

e ainda Luiz Melo (PPS)⁴; e nas eleições 2004, o estreante foi o babalorixá Angel de Oxum (PSB).

Os insucessos se repetem nas candidaturas orientadas à Assembleia Legislativa do Estado e nessa empreitada menos afro-religiosos, apenas cinco, se interessaram em concorrer, sobretudo pelo volume de recursos que uma campanha estadual necessitaria. Em 1990, Jorge Verardi de Xangô (PDT) e Danilo Andrade de Oxalá (PTB) concorreram ao parlamento gaúcho; bem como Tony de Exu Rei (PTB) no ano de 2006 e nas eleições de 2010, Tony candidatou-se mais uma vez, acompanhado por Vera Soares (PT), estreando na concorrência estadual e Pedro da Oxum (PTB), que pela primeira vez se candidatara a um cargo eletivo.

Estas até o momento foram às candidaturas afro-religiosas que disputaram as três últimas eleições municipais e as duas últimas estaduais, excetuando na década de 1990 as campanhas de Jorge Verardi e Danilo Andrade. No entanto cabe fazer uma ressalva. No pleito de 2006, outro candidato, focou como público-alvo de sua campanha os afro-religiosos; este foi Edson Portilho (PT) que sendo deputado estadual entre 2003-2006 viu-se envolvido na polêmica do sacrifício de animais e colocou-se em defesa dos interesses e direitos do *povo de santo*. Assim, como estratégia para sua reeleição esse deputado vinculou-se como simpatizante das lutas reivindicativas dos afro-religiosos o que levou que nas eleições de 2006 se registra-se a maior votação para um candidato (em parte) associado com as religiões afro-brasileiras, 28 mil votos, mais de 10 mil votos a mais que o pai-de-santo candidato mais votado em todos os pleitos mencionados, pai Pedro da Oxum, com mais de 14 mil votos na última eleição (como veremos adiante). Mesmo assim, Edson Portilho não se reelegeu e até acabou comprometendo um pouco o seu capital político entre outros segmentos da sociedade civil ao se associar com as demandas afro-religiosas.

Mas o que leva ao histórico fracasso dos afro-religiosos nas urnas? Nos próximos itens dessa sessão analisaremos alguns dos obstáculos a essas candidaturas, alguns advindos de fatores externos e que concernem a própria

⁴ Neste sentido, ver Oro (2002).

organização desigual e discriminatória da sociedade brasileira, e outros relativos às tensões internas ao campo afro-religioso e que refletem a própria estrutura de sociabilidade e competição religiosa e, cada vez mais, também, política dentro deste grupo.

1.2. OBSTÁCULOS EXTERNOS:

O processo de desenvolvimento das religiões de matriz africana na sociedade brasileira sempre esteve submetido a uma série de disputas concernentes ao campo social e religioso do país, revelando uma série de relações conflitivas baseadas no preconceito étnico e racial. Sobretudo por ser patrimônio cultural e religioso negro, esse sistema religioso e seus praticantes foram sistematicamente perseguidos, reprimidos, julgados e silenciados por autoridades das religiões centrais (Brumana, e Martínez, 1991), do segmento legislativo ou judiciárias (Maggie, 1992). Ondas de repressão se arrefeceram na, ora passiva, resignada, ora militante, resistência dos religiosos e na plasticidade dessa religiosidade às demandas simbólicas da população. Mesmo os discursos acadêmicos e jornalísticos que deveriam compreender e apresentar as religiões afro-brasileiras, em muito contribuíram para a formulação de expedientes de controle e/ou exotização dessas religiões⁵. Assim, durante a maior parte do século XX os afro-religiosos mais reagiam às pressões externas do que procuravam ativamente a construção de um lugar de legitimidade no campo político brasileiro, laico de direito mas não de fato. Tal contexto foi mudando lentamente a partir de influências diversas, como a aproximação de alguns religiosos com o movimento negro e um maior diálogo com intelectuais e artistas engajados na valorização e integração das tradições negras no imaginário nacional. Um marco fundamental nessa nova articulação dos afro-religiosos foi a Constituição de 1988 que proporcionou para as religiões

⁵ Sobre o histórico de repressão aos cultos afro-brasileiros ver Negrão (1996); Ortiz (1978) e Oro e Bem (2008). Sobre o uso negativo dos saberes acadêmicos e jornalísticos ver Capone (2004) e Tacca (2003). Sobre a discriminação e os ataques neopentecostais aos afro religiosos ver Silva (2007).

afro-brasileiras certa legitimidade social, ou ao menos um tratamento mais equivalente em relação com as diferentes religiões e para a herança negra, o que fomentou o interesse dos afro-religiosos pelo resgate dos fundamentos teológicos mais resguardados do sincretismo e, portanto, dos parâmetros e expectativas, da sociedade envolvente.

Contudo, as situações de perseguição e de embate com outros segmentos sociais não condizem apenas a realidades passadas. A constituição e expansão de outro segmento religioso, os neopentecostais a partir dos idos da década de 1960, impulsionou o fenômeno conhecido publicamente como *guerra santa*, no qual um dos cerne do proselitismo desse grupo se estrutura pelo embate as crenças não cristãs, especialmente as religiões de matriz afro.

O crescimento do poder midiático e político dos neopentecostais desafia os atores africanistas a construir certas estratégias de ocupação da arena pública, dentre as quais podem ser destacadas as candidaturas políticas oriundas do segmento. No entanto, proposições desta ordem não vêm obtendo êxito a nível nacional e, especificamente no caso gaúcho, nem no âmbito estadual ou da cidade de Porto Alegre. E, no entanto, esta cidade pode ser vista como um claro exemplo das pressões políticas e sociais sobre os afro-religiosos, capitaneada por políticos ligados aos grupos neopentecostais. Um bom exemplo destas circunstâncias pôde ser verificado na capital gaúcha no ano de 2004, quando um polêmico Projeto de Lei estadual que visou assegurar a prática da sacralização de animais em rituais litúrgicos de matriz africana estabeleceu um caloroso debate na sociedade gaúcha⁶. No ano de 2008, outra situação polêmica se estabeleceu quando uma emenda complementar referente à Lei de Limpeza Urbana do município de Porto Alegre (Lei Complementar nº 234/90) foi aprovada. Discutia-se nesta ocasião, a proibição do abandono de animais mortos em vias públicas, fator

⁶ O acontecimento que originou a discussão referente à legalização ou proibição do sacrifício de animais nas práticas religiosas africanistas no Rio Grande do Sul corresponde à aprovação do Código Estadual de Proteção aos Animais, nos dispositivos da Lei 11.915, em Maio de 2003, pela Assembleia Legislativa do Estado. O projeto de Lei 282/2003, que visou estabelecer a liberação da prática do sacrifício foi votado e aprovado pela Assembleia Legislativa em junho de 2004.

que recolocava as religiões africanistas em debate pelo fato de tal medida incidir proibitivamente de forma direta sobre a prática dos “despachos de encruzilhada”. Estas ocorrências tornam-se ainda mais complexas na medida em que derivam da autoria de parlamentares dos segmentos evangélicos – os principais opositores do campo religioso. Uma espécie de *guerra santa* estaria sendo travada no legislativo gaúcho e portoalegrense ressaltando a precariedade das possibilidades de representação política por parte dos setores afro-religiosos. O mais recente golpe sobre os afro-religiosos foi a aprovação em 2009 da Lei do silêncio em Porto Alegre que atinge também as casas de religião afro-brasileira, por motivos óbvios.

Compilados alguns dos princípios e agentes agressores, bem como, elencadas algumas das estratégias utilizadas por estes e sucintamente descritos os embates públicos da última década em Porto Alegre, percebemos a subalternidade (Brumana, e Martínez, 1991) e marginalidade das religiões afro-brasileiras em relação à sociedade envolvente, no próprio campo religioso e na esfera política brasileira, um país formalmente laico, mas que em muitos segmentos do poder político e ideológico, ainda proliferam práticas discriminatórias às religiões de matriz africana. Outrossim, sabemos que muitos obstáculos internos impedem a consolidação dos projetos de agentes afro-religiosos ao se candidatarem para cargos políticos. No próximo subitem refletiremos sobre essa questão.

1.3. OBSTÁCULOS INTERNOS:

Na perspectiva de compreensão destes insucessos políticos, algumas considerações sobre a estrutura do campo afro-brasileiro devem ser destacadas, e se relacionam com a histórica inexistência de modelos organizacionais concisos ou de vínculos associativos coesos. De acordo com Oro:

Com efeito, o modelo organizacional das religiões afro-brasileiras repousa sobre uma variedade de federações e uma pulverização de terreiros, sendo todos ao mesmo tempo autônomos e rivais entre si. Não existe, no âmbito dessa religião, uma única hierarquia religiosa; não dispõe de um poder centralizador

e aglutinador dos centros religiosos. Estes, ao contrário, são autônomos e, por isso mesmo, concorrentes entre si (ORO, 2001, p.56).

De acordo com o que fora abordado amplamente na literatura especializada, tanto nas interações dentro de um determinado templo, como na relação entre diferentes terreiros, as relações conflitivas constituem uma espécie de tônica⁷. Assim como no interior dos templos é comum ouvir acusações sobre quem pratica de forma correta ou não a religião, nas atividades desenvolvidas pelo campo federativo é fácil detectar considerações sobre quem de fato representa ou não a religião afro. Exemplo desta conotação pode ser percebido no conflito entre AFROBRÁS e CEDRAB, transcrito no trabalho de Ávila (2008). Norton Corrêa (1998) demonstrou que a lógica conflitiva perpassa o universo destas religiosidades como um *leitmotiv* constante, num sistema de relações que inclui acusações e *troca de feitiços*, categorias que podem ser compreendidas como elementos que articulam as posições dos indivíduos naquele sistema de relações. Na mesma perspectiva, nas ações conjuntas que visam constituir os projetos políticos, a disputa por posições parece percorrer a mesma lógica. Se nos terreiros as contendidas visam rearranjar posições junto a um perfil ideal de sacerdócio, ou de filhos-de-santo, implicando perspectivas comparativas que se fundamentam na desqualificação alheia (baseada na acusação)⁸, no campo das articulações políticas este perfil ideal é ressignificado mediante outro imaginário: um perfil idealizado sobre a legitimidade de representar o campo africanista.

No entanto, em termos eleitorais, estas proposições não denotam maior eficácia. Nos processos de competição verificados neste campo, o poder de certas lideranças é conjugado a partir das lógicas de eficácia simbólica, que por sua vez são indexadas pelo número de seguidores (filhos-de-santo), pela condição material do sacerdote, bem como por suas atribuições e qualidades específicas, que referem os principais capitais que motivam as disputas endógenas (entre os terreiros). Nesta perspectiva, considerando-se que o

⁷ Neste sentido ver Brites (1994) e Brumana e Martínez (1991).

⁸ Como argumenta Corrêa (1998).

possível acesso a cargos políticos acaba por configurar um elemento atuante na construção do prestígio da liderança politicamente instituída, e assim, agregando crescimento a seu capital particular, tal disputa não parece favorecer a construção de projetos políticos por parte da comunidade estudada.

Na perspectiva êmica, elementos como desunião, competição e a rivalidade inerente ao campo afro-umbandista nem sempre são apontados como principal motivo para os insucessos eleitorais, pelo menos no que se permite explicitar nas entrevistas com Pedro de Oxum, Vera Soares. Evidentemente, estas contendas endógenas são percebidas e a recorrente expressão “Batuqueiro não vota em Batuqueiro” reafirma a detecção nativa sobre estes fatores. No entanto, a maior parte das explicações para os resultados inexpressivos aponta para a inexistente conscientização política, bem como para as políticas clientelistas direcionadas a boa parte dos terreiros, cujas situações de vulnerabilidade social acarretariam os processos de compra e venda de votos. Conforme Vera Soares:

O problema é a **falta de informação política**. Não precisa ser um cientista político, só o conhecimento de onde tu vive, de quem tu és. A gente escuta eles (afro-umbandistas) dizerem: há Mãe Vera, agente sabe das Leis, mas sempre foi assim, e **religião é religião, política é política** [...] E o **outro fator é a cooptação**. Os grande políticos, aqueles que tem grana e não tem compromisso com a sociedade, obrigam a pessoa a votar nele por uma galinha, um prato de comida. E o povo de santo é presa fácil⁹ (grifos nossos).

Ainda que estas considerações sejam efetivamente observáveis no campo estudado, é necessário destacar que as lógicas de fragmentação interna ao campo africanista e a total descentralização de poder dificultam sobremaneira estes projetos políticos. Ressalta-se ainda, que as lógicas de competição endógenas parecem migrar do campo religioso para o ambiente no qual se constroem os projetos políticos, e torna-se razoável considerar esta dinâmica como um dos principais motivos para o fracasso eleitoral das candidaturas afro-religiosas.

⁹ Entrevista realizada em 12 de outubro de 2010.

Observa-se que esta realidade acaba por refletir uma espécie de *ethos* de rivalidade que dificulta sensivelmente a arregimentação de forças. Conforme demonstraram Oro (2001), Otero, Ávila, e Schoenfelder (2004), as contendas internas, a falta de centralização de poder e a fragmentação do campo afro-religioso gaúcho constituem motivos pertinentes desta ineficácia eleitoral.

Listadas as candidaturas afro-religiosas no estado e os obstáculos externos e internos que constroem essas aspirações políticas, passemos a análise de duas das três campanhas eleitorais ligadas a esse segmento religioso que se organizaram nas últimas eleições.

2. AS CAMPANHAS DE VERA SOARES DE YANSÃ E DE PEDRO DE OXUM NAS ELEIÇÕES 2010

Como visto anteriormente, nas últimas eleições ao Parlamento gaúcho participaram três pais-de-santo que juntos somaram um pouco mais de 17 mil votos. 14.006 votos para Pedro de Oxum; 2600 votos de Vera Soares e 540 de Tony. Repetimos que optamos por nos focar apenas sobre Pedro e Vera, posto que a campanha de Tony, a segunda para o legislativo estadual, foi de baixíssimo impacto e muito similar as estratégias e pretensões da campanha de 2006, analisada por Bem, Derois e Ávila (2006).

2.1. OS CANDIDATOS

Vera Soares de Yansã, mãe-de-santo, filiada ao Partido dos Trabalhadores, é conselheira do CNPIR (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial) desde 2003. Militante do Movimento Negro há mais de 25 anos, foi coordenadora do Fórum Estadual de Articulação de Entidades Negras (CONEN) na gestão entre os anos 2000 e 2006. A partir de 2005 é uma das coordenadoras do Fórum Estadual de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Segurança Alimentar (FORMA-RS), que constitui-se como um grupo de discussão e ações político-reivindicativas composto

por babalorixás e yalorixás gaúchos. A entidade surge em 2005 como uma metodologia para a distribuição de recursos destinados às comunidades de terreiro, obtidos junto ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)¹⁰. Atuando em formato de rede, o grupo repassa mensalmente 800 cestas básicas aos terreiros cadastrados no programa, os quais possuem como contrapartida a participação nas reuniões semanais da entidade que se reúne todas as segundas-feiras em uma sala do mercado público de Porto Alegre.

Em 2007, Vera Soares fundou o Núcleo de Matriz Africana no Partido dos Trabalhadores, e candidatou-se aos pleitos de 2004 e 2008 para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, obtendo cerca de 600 votos na primeira empreitada e 1.910 votos em 2008. No ano de 2010, sua candidatura para a Assembléia Legislativa do Estado foi parcialmente impugnada devido a problemas com quitação eleitoral, e a partir de medida do TSE, que postergou o julgamento efetivo da ação para data posterior às eleições, pôde ir às urnas. Novamente teve suas pretensões esgotadas nos cerca de 2.600 votos obtidos.

Por sua vez, Pedro de Oxum é um dos mais famosos pais-de-santo da capital gaúcha. Segundo seu próprio cadastro já teve como filhos-de-santo ou clientes mais de 40 mil pessoas, das quais umas 20 mil ainda o freqüentariam com certa regularidade. Antes de dedicar-se integralmente ao sacerdócio afro-religioso (no qual já faz 28 anos que está iniciado), como trabalhador autônomo teve uma empresa ligada ao ramo publicitário, onde começou a construir essa trilha que liga a prática religiosa com a sua popularização midiática. Segundo pai Pedro:

¹⁰ Estes recursos são distribuídos pela SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), passando a ser gestados por terreiros afro-brasileiros a partir da criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. O projeto tem por objetivo estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, fornecendo apoio às políticas públicas voltadas a estes segmentos. Entre outros grupos categorizados como “Tradicionais”, enquadram-se os terreiros de matriz africana.

Quando o telefone da agência [de propaganda] passou a receber mais chamadas pedindo informações sobre o jogo de búzios do que sobre os anúncios, eu vi que estava na hora de investir mais no Pedro de Oxum enquanto religioso¹¹.

Primeiro foram os anúncios na contracapa das listas telefônicas de Porto Alegre, depois vieram os programas televisivos que ao longo de 10 anos passaram por três emissoras gaúchas: na TV Guaíba, por quase 7 anos; um curto período no TV Cristal, e os últimos 3 anos na TV Pampa, afiliada da TV Record, diariamente na faixa das 17 horas). No advento da internet brasileira, entre os meados e os idos da década de 1990, pai Pedro foi o primeiro sacerdote afro-religioso brasileiro e talvez um dos primeiros no mundo a criar um domínio na internet (www.oxum.com.br). Além disso, pai Pedro também é um dos Tudo isso trouxe para o pai-de-santo porto-alegrense renome nacional e participações em programas e matérias veiculados em todo o Brasil. Daí para o assédio dos partidos políticos, foi um caminho curto.

Sondado por três partidos políticos, pai Pedro conta que optou pelo PTB a partir do intenso diálogo que tem com o Senador Sérgio Zambiasi e pelo fato de que em esta legenda o número de votos para a eleição de candidatos é expressivamente menor que em outros partidos. Assim, pai Pedro aceitou candidatar-se pela primeira vez ao Parlamento, acreditando que com aproximadamente 35 mil votos se elegeria, na realidade alcançou menos da metade desse montante, mas mesmo assim foi o pai-de-santo mais votado da história recente do Rio Grande do Sul.

2.2. AS ESTRATÉGIAS ELEITORAIS

As candidaturas dos referidos pais-de-santo tiveram estratégias de divulgação muito similares entre si e focadas principalmente no *povo-de-santo*, sendo que a maiores diferenças entre as duas propostas publicitárias parecem estar ligadas a escala de recursos financeiros à disposição dos candidatos.

¹¹ Pedro de Oxum, entrevista em 16/09/2010.

Tanto Pedro de Oxum quanto Vera Soares utilizaram-se de “santinhos” feitos exclusivamente para o segmento afro-religioso, quanto de outros feitos para o público em geral, sendo que a principal diferença entre um estilo de “santinho” era o uso de *axó* (indumentária cerimonial) e/ou guias pelo candidato, na foto promocional, e o texto mais próximo das demandas religiosas; nos “santinhos” para o grande público os candidatos aparecem com roupas civis e o texto é mais amplo e menos específico. Cartazes, faixas, e outros recursos de propaganda impressa também foram utilizados por ambos os candidatos. No entanto, a campanha de Pedro apareceu bem mais; recebemos nas ruas santinhos deste, enquanto que recebemos os de Vera apenas em festas religiosas; em vários pontos da cidade se viam os “cartazes em cavaletes” de Pedro, ladeando outros cartazes de políticos com maior trajetória, e não vimos nenhum de Vera Soares.

Na mídia eletrônica, ambos os candidatos difundiram o seu material em diversos sites de relacionamento, blogs, páginas oficiais das candidaturas, etc.; e publicaram diversos vídeos promocionais em sites tipo de compartilhamento de vídeos, como o youtube, o que parece que foi uma estratégia de utilizar essa mídia como alternativa ao restrito tempo que cada um tinha no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão. Nesses sites, os candidatos postaram vídeos com os seus jingles, com depoimento de apoiadores, e com algumas de suas propostas de campanha. Em entrevistas, tanto Pedro quanto Vera frisaram a importância da internet na divulgação de suas candidaturas, no entanto uma rápida procura pelos vídeos desses candidatos no youtube, mostra que o material foi pouco acessado. Os dois vídeos mais acessados de Pedro de Oxum registraram mais de 1500 exibições, enquanto que os vídeos de Vera Soares mais vistos contaram com entre 60 e 70 acessos. De forma que acreditamos que houve por parte dos candidatos uma supervalorização do impacto da internet entre os seus prováveis eleitores.

Como estratégias de “corpo a corpo”, de contato direto com os eleitores, os candidatos focaram-se nas comunidades religiosas, visitando diversos terreiros em Porto Alegre e no interior. Vera Soares restringiu-se mais a Porto Alegre e região metropolitana, enquanto que Pedro de Oxum visitou terreiros e associações afro-religiosas ao menos em Santa Maria, Pelotas e

Caxias do Sul. Ambos os candidatos estabeleceram espécie de comitês em alguns terreiros mais identificados com cada proposta que dispunha-se a fazer ecoar e conquistar mais votos. Os momentos considerados chave para o “corpo a corpo” foram as principais festas religiosas de cada terreiro contatado, possibilitando o discurso direto com o *povo de santo* em momentos precedentes ao início dos ritos religiosos e aquela coleção de apertos de mãos e pequenos diálogos com as pessoas que estão mais afastadas do centro dos acontecimentos durante os rituais. Assim, algumas vezes Pedro e Vera encontraram-se nesses terreiros e ambos recebiam um espaço para divulgarem suas propostas.

A partir dessa brevíssima compilação das estratégias eleitorais de ambos candidatos devemos atentar para três pontos que influenciaram diretamente os resultados obtidos por esses sacerdotes. (1) A candidatura de Pedro de Oxum foi escalarmente mais cara e, também por isso, com maior visibilidade e de maior retorno, além do mais, não nos esqueçamos que este candidato é uma figura midiática de certo relevo. (2) Vera Soares concentrou a sua campanha sobre o grupo afro-religioso ligado ao FORMA-RS, contando com o apoio dos afiliados e beneficiados do programa como multiplicadores/divulgadores do seu projeto político, ou seja estava trabalhando majoritariamente sobre uma rede muito específica. (3) Relembremos da dispersão ideológica (teológica e política) entre os atores do campo afro-religioso, e do *ethos de rivalidade*, entre esses atores, de autopromoção pelo acúmulo de determinados capitais (mágico, religioso, hierárquico, econômico, político etc.) e pelo desprestígio e déficit de determinados capitais de um concorrente.

Sabendo que existe uma potencial base eleitoral de bom tamanho, Pedro de Oxum e Vera Soares poderiam imaginar realizar, cada um em sua escala e projeto, votações mais expressivas, no entanto a soma de fatores como a *dispersão ideológica*, que pode ter dificultado a identificação com as propostas dos candidatos, e a *competição*, que, indiretamente, pode ter levado vários afro-religiosos desprestigiarem essas candidaturas, como se não fossem legítimas representantes do campo, as entendendo como sectárias, oportunistas, pretensiosas.

A seguir abordaremos alguns elementos identitários e da proposta política dos candidatos, que podem ser destacados de suas falas e que, se se assemelham no conjunto de temas e referências, mas variam na apresentação de seus projetos políticos para o coletivo afro-religioso em relação à sociedade envolvente.

2.3. AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Nos centraremos exclusivamente nas estratégias discursivas utilizadas pelos candidatos para o público afro-religioso, e não nos referiremos aos discursos e propostas ligadas a outros grupos. Vera Soares ainda dialogou fortemente com o povo do carnaval”, valendo-se de um discurso específico para esse segmento; enquanto que Pedro de Oxum propagandeava um outro projeto de capacitação profissional unindo comunidades, empresários e incentivos governamentais.

Em linhas gerais podemos dizer que, em suas falas aos afro-umbandistas, os candidatos referidos aludiam constantemente à necessidade da representação afro-religiosa na Assembléia, sobretudo como instrumento, se não para barrar, ao menos para defender os interesses das religiões afro-brasileiras quando da avaliação e votação de projetos e leis que direta ou indiretamente podem prejudicar esse segmento.

Vera Soares de Yansã, nos seus discursos destinados ao campo afro-religioso, é notório um amplo destaque às contendas com o segmento evangélico e à recuperação das polêmicas da sacralização. Aliam-se a estas idéias as lógicas de reetnização simbólica comuns nos discursos dos membros do FORMA, sendo promovida uma centralização de argumentos em torno das questões da diferenciação, desigualdade e discriminação raciais, da pluralidade cultural etc.. É importante lembrar que Vera Soares tem todo o respaldo para um discurso mais engajado, posto que é negra, militante do movimento, agente política em várias entidades nacionais ligadas à religião e a negritude e protagonista, junto com diversos sacerdotes e federações, nas contendas públicas sobre as polêmicas do sacrifício e dos despachos urbanos.

Pode ser concebido que as lógicas identitárias e os argumentos persuasivos presentes na campanha de Vera Soares atuam visando possibilidades de agrupamento e unificação do campo, buscando justamente atenuar aquelas dimensões conflitivas. Por um lado, eles centralizam a discussão sobre o histórico de repressão social, as relações assimétricas do campo religioso e, fundamentalmente, as controversas leis que tencionaram a comunidade afro no Estado. Noutra medida, assumem uma iniciativa de reconexão a uma identidade étnica, recorrendo a discursos que ativam a memória sobre as mazelas das populações negras e salientam a necessidade de sistemas de reparação. São estas duas modalidades que servem de base ora para a definição de inimigos comuns, ora para a unificação dos sentidos de pertença. As duas lógicas podem ser concebidas como intercambiáveis, e nos termos de Alain Touraine (1977), emergem de uma situação conflitiva e projetam o estabelecimento de um *adversário*, que constitui o princípio de oposição atuante na configuração do ator e de sua lógica identitária.

Por sua vez, Pedro de Oxum também assume, mas de forma menos marcada, a necessidade de luta contra os inimigos da religião e do resgate dos saberes negros e africanos. Contudo reforça o discurso de que um mandato legislativo não é para o benefício apenas de sua coletividade, mas da sociedade como um todo.

Este candidato apresentou um discurso mais integrativo, preocupado com as questões do campo religioso, mas também com a suavização dos atritos entre os africanistas e o conjunto da sociedade, como ele mesmo argumentou em entrevista, “nós temos que aprender a viver de uma maneira ordeira e solidária com o resto da população”. A ênfase no aspecto da integração com a sociedade envolvente, respeitando as orientações litúrgicas das religiões afro-brasileiras, mas acatando e, principalmente, se adequando aos expedientes impostos pelas leis jurídicas e da civilidade, remete à necessidade de modernização das religiões de matriz afro para que continuem sobrevivendo no mundo contemporâneo. Conexa a essa idéia de integração, o candidato pautou seu discurso sobre os temas do respeito à diversidade e a liberdade religiosa.

Os dados biográficos de Pedro de Oxum podem contribuir para essa postura conciliatória, uma vez que sua trajetória é marcada pela visibilidade midiática e ascensão social, ecoando o mito do *self-made man*; além disso, a cor de sua pele informa a sua classificação enquanto branco dentro, dos parâmetros raciais da cultura brasileira, e pode, apesar da pobreza em que viveu a infância e a adolescência, ter contribuído para que Pedro de Oxum tivesse um trânsito facilitado em outros segmentos sociais, como o das pessoas que assistem ao seu programa televisivo.

A articulação de um discurso político conciliatório, por parte de Pedro de Oxum, pode ter se desenvolvido a partir uma trajetória de ascensão social que, infelizmente temos de admitir, é realizada mais por brancos pobres do que por negros. Em contrapartida, da trajetória de Vera Soares podemos destacar a militância no movimento negro como aspecto formador de seu discurso e, talvez, por isso a sua ênfase na luta contra as discriminações e na necessidade de políticas reparatórias em relação aos negros e aos afro-religiosos.

Se no final do subitem anterior percebemos a influências dos obstáculos internos ao campo afro-religioso minando as estratégias eleitorais de contato e divulgação, ao final desse subitem percebemos a importância dos obstáculos externos sobre os discursos e, possivelmente, sobre a própria aceitação de cada um desses candidatos. Assim, guardando essas informações, passemos as nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inserção política dos afro-religiosos está longe de ser abandonado por atores de dentro do próprio campo, ou de ser considerado fracasso e inviável a partir de uma leitura exterior, mesmo que se perceba, através da análise das ciências humanas, uma série de impeditivos à essa pretensão, tanto de ordem interna, quanto externa.

É óbvio que existe um descompasso entre a necessidade de representação legislativa dessa minoria religiosa e o *ethos de rivalidade* inerente a essa

prática religiosa e a essa população. Bem como, também é muito claro que e as estratégias de contato e os discursos dos candidatos não conseguem se desenvolver dentro dessa conjuntura de dispersão ideológica e de competição por capitais simbólicos entre os pais-de-santo, que acaba sendo ampliada para a esfera política. Esse é um ponto importante quando comparamos as trajetórias políticas de grupos como os neopentecostais com o projeto político afro-religioso. De forma que centralismo religioso tem afinidade com a concentração de poder político para membros desse campo religioso, e ambos têm estreita relação com a integração de dado grupo religioso com os parâmetros da modernidade e com o empoderamento desse grupo dentro da lógica político e social vigente.

No entanto, se as religiões afro-brasileiras resistem até hoje e ampliam a cada dia a sua visibilidade e legitimidade social é porque os agentes ligados a esse campo religioso têm, ao longo da história nacional, de forma reativa ou propositiva, quebrar o cerco de discriminação e perseguição que lhes é imposto e protagonizar politicamente a luta pelos seus interesses. As federações ainda são o bastião desse processo, principalmente após a renovação que sofreram a partir das fundações da CEDRAB e do FORMA-RS. E mesmo que até o momento, ainda exista a carência de representação legislativa por parte dos afro-religiosos, em outras instâncias do poder político eles têm bastante participação, seja por atuarem de instâncias proponentes, executoras ou fiscalizadoras de projetos sociais; seja pela legitimidade e diálogo que vêm construindo com os poderes executivos municipal, estadual e federal, quando de assuntos ligados ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento social dos grupos historicamente discriminados.

Portanto, mesmo sendo difícil e de retorno lento, o caminho para inserção política das religiões afro-brasileiras já está sendo trilhado. É verdade que ele se bifurca em um projeto mais conciliador e outro mais combativo e em busca de reparações, porém a decisão de qual rumo seguir só será definida na própria experiência do jogo político e nas constantes transformações na organização das relações entre grupos sociais e religiosos na sociedade brasileira. Assim que continuemos seguindo e analisando esses fenômenos.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Cintia Aguiar de. Congregação em Defesa das Religiões Afro-Brasileiras: resgate da etnicidade e reafricanização nos cultos afro-gaúchos. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 9, n.13, p. 61-75, Jan./Jun. 2008.

BLUMER, Herbert. *El Interaccionismo Simbólico: perspectiva y metodo*. Barcelona: Hora S.A., 1982.

BRITES, Jurema. Tudo em família: religião e parentesco na umbanda gaúcha. In: ORO, Ari Pedro. (Org.). *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da universidade / UFRGS, 1994. p. 74-87.

BRUMANA, Fernando Giobelina; MARTÍNEZ, Elda Gonzáles. *Marginália Sagrada*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

CAPONE, Stefania. *A Busca da África no Candomblé: tradição e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Pallas, 2004. 375p.

CORRÊA, Norton Figueiredo. *Sob o signo da ameaça: conflito, poder e feitiço nas religiões afro-brasileiras*. São Paulo, Tese de Doutorado em Antropologia, PUC/SP, 1998.

BEM, Daniel F. de; DEROIS, Rafael.; ÁVILA, Cintia Aguiar de. A política da encruzilhada: considerações sobre a política interna das religiões afro-brasileiras no processo eleitoral Rio-grandense. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n.10, Jul. / Dez., p. 39-50, 2006.

MAGGIE, Yvonne. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

NEGRÃO, Lísias. *Entre a Cruz e a Encruzilhada: Formação do Campo Umbandista em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 2, n.3, Set., p. 09-70, 2001.

_____. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n. 2, p. 345-384, 2002.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda*. Petrópolis: Vozes, 1978.

OTERO, Andréa G.; ÁVILA, Cintia A.; e SCHOENFELDER, Rosilene.; Religiões Afro-Brasileiras: rivalidade e fracasso eleitoral. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 5, n.16, Dez., p. 129-148, 2004.

TACCA, Fernando. Candomblé – Imagens do Sagrado. In: Campos : revista de antropologia social. UFPR, nº 3, ano 3, edição especial da IV Reunião de Antropologia do Mercosul, 2003.

TOURAINE, Alain. Os Movimentos Sociais. In: FORACCHI, Marialice e MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade - leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977.